



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

SOFIA MELO RATIS

**GÊNERO E SEGURANÇA INTERNACIONAL: A EVOLUÇÃO DA AGENDA
WOMEN, PEACE AND SECURITY (2000-2022)**

RECIFE,

2025

SOFIA MELO RATIS

GÊNERO E SEGURANÇA INTERNACIONAL: A EVOLUÇÃO DA AGENDA

WOMEN, PEACE AND SECURITY (2000-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Bacharelado em
Ciência Política com ênfase em Relações
Internacionais da Universidade Federal de
Pernambuco, como parte dos requisitos para a
obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Mesquita de Souza
Lima

RECIFE
2025

SOFIA MELO RATIS

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Ratis, Sofia Melo .

Gênero e segurança internacional: A evolução da agenda Women, Peace and Security (2000-2022) / Sofia Melo Ratis. - Recife, 2025.
44, tab.

Orientador(a): Rafael Mesquita de Souza Lima
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ciência Política, 2025.
Inclui referências, apêndices.

1. Relações Internacionais . 2. Gênero. 3. ONU. I. Lima, Rafael Mesquita de Souza . (Orientação). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

GÊNERO E SEGURANÇA INTERNACIONAL: A EVOLUÇÃO DA AGENDA

WOMEN, PEACE AND SECURITY (2000-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Bacharelado em
Ciência Política com ênfase em Relações
Internacionais da Universidade Federal de
Pernambuco, como parte dos requisitos para a
obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Mesquita de Souza
Lima

Aprovado em: 11/04/2025

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Rafael Mesquita de Souza Lima (Orientador)

Departamento de Ciência Política– UFPE

Prof. Dr. Renan Holanda Montenegro (examinador interno)

Departamento de Ciência Política– UFPE

Dr.^a Jeane Silva de Freitas (examinadora externa)

AGRADECIMENTOS

Concluir este trabalho e esta graduação representa um marco que reflete não apenas meu esforço, mas também o apoio inestimável de pessoas essenciais na minha vida. Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Mônica Melo e Paulo Ratis, que, desde a minha infância, não apenas acreditaram em mim, mas me ensinaram a acreditar em mim mesma. Vocês não só me incentivaram a sonhar, mas fizeram dos meus sonhos os seus próprios, caminhando ao meu lado para torná-los realidade. Também agradeço à minha irmã, Luisa Ratis, que esteve presente em todos os momentos, os bons e os difíceis, e cuja companhia sempre torna tudo mais leve.

Ao meu namorado, Caio Lucena, que leu todas as versões deste trabalho e esteve ao meu lado em cada desafio, sempre acreditando em mim e torcendo pelo meu sucesso. Fazer este TCC foi mais fácil porque tive você comigo.

Agradeço também ao meu orientador, Professor Rafael Mesquita, por toda a dedicação ao longo da minha trajetória acadêmica, desde o PIBIC até este momento tão importante. Sou eternamente grata por todos os ensinamentos e pela atenção que você dedicou a mim e ao meu trabalho. Estendo esse agradecimento a toda a equipe do projeto do PIBIC, corrigir txts foi muito mais fácil com vocês ao meu lado!

Aos amigos que a universidade me deu, Cecília Nunes, Guilherme Gusmão, Maria Cecília França, e Samuel Brandão, guardo com carinho todas as memórias do apoio mútuo no início do curso e das calls intermináveis durante a pandemia para estudar e fazer trabalhos. E aos amigos que chegaram mais recentemente, mas que me acolheram de maneira tão especial nos últimos semestres, Alice Lucena, Hugo Bastos, João Henrique, Joseph Lavergnel, Laura Grazielly, Luísa Zirpoli, Poliana Viana, Tábatta Carlini e Tássia Melo, obrigada por tornarem essa reta final muito mais leve e significativa.

RESUMO

Este trabalho analisa a evolução da Agenda Women, Peace and Security (WPS), a partir das resoluções do Conselho de Segurança da ONU entre 2000 e 2022. A Agenda WPS, inaugurada com a Resolução 1325, representa um marco na institucionalização da perspectiva de gênero nas questões de segurança internacional. A pesquisa se baseia em uma abordagem descritiva, combinando análise qualitativa e quantitativa, para examinar como os quatro pilares da agenda (participação, proteção, prevenção e assistência e recuperação) foram incorporados nas resoluções ao longo do período estudado. A partir da aplicação de um dicionário de palavras-chave e da análise de conteúdo, foram identificadas 549 resoluções relacionadas à agenda. Os resultados mostram a predominância dos pilares da proteção e da participação, ao passo que a dimensão de assistência e recuperação ainda é pouco abordada. A pesquisa contribui para o debate sobre os limites e avanços da Agenda WPS.

Palavras-chave: Agenda Women, Peace and Security Agenda, Conselho de Segurança da ONU, Gênero e segurança

ABSTRACT

This research analyzes the evolution of the Women, Peace and Security (WPS) Agenda through the resolutions of the United Nations Security Council (UNSC) between 2000 and 2022. Launched with Resolution 1325, the WPS Agenda marked a turning point in the institutionalization of gender perspectives within global peace and security governance. Using a descriptive approach, the study combines qualitative and quantitative methods to assess how the four pillars of the agenda — participation, protection, prevention, and relief and recovery — have been integrated into Security Council resolutions. Based on a keyword dictionary and content analysis, 549 relevant resolutions were identified. The findings show a predominance of the protection and participation pillars, while the relief and recovery dimension remains underrepresented. The research contributes to debates on the strengths and limitations of the WPS Agenda.

Keywords: Women, Peace and Security Agenda, UN Security Council, Gender and Security

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMISOM	Missão da União Africana na Somália (African Union Mission in Somalia)
CEDAW	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSW	Comissão sobre o Status da Mulher (Commission on the Status of Women)
DEVAW	Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
MINUSMA	Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas no Mali
MONUSCO	Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo
NGO	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
RI	Relações Internacionais
UNDOF	Força das Nações Unidas de Observação da Separação
WPS	Mulheres, Paz e Segurança

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1 - Dicionário aplicado	24
Quadro 2 — Exemplos de classificação dos documentos	26

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resoluções 2000-2022	31
Gráfico 2 - Resoluções 1946-2022	32
Gráfico 3 - Total de menções por ano	33
Gráfico 4 - Total de menções por categoria	35
Gráfico 5 - Distribuição de menções às categorias por ano	36

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	10
2 - REVISÃO DA LITERATURA.....	12
2.1 - A INSERÇÃO DO FEMINISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	12
2.2 - PERSPECTIVAS FEMINISTAS SOBRE SEGURANÇA.....	13
2.3 - OS DIREITOS DAS MULHERES NO SISTEMA ONU	16
2.4 - O CONSELHO DE SEGURANÇA E A AGENDA MULHERES PAZ E SEGURANÇA	18
3 - METODOLOGIA.....	22
4 - RESULTADOS	29
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o impacto dos conflitos armados sobre mulheres e meninas passou a ganhar espaço na agenda internacional a partir dos anos 1990, como resultado de décadas de mobilização feminista e do crescente reconhecimento da violência sexual como uma violação de direitos humanos e de segurança (Tickner, 2001; Matuella, 2017; Shepherd 2017). Entretanto, foi apenas no ano 2000 que o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) formalizou esse reconhecimento ao adotar a Resolução 1325, criando assim a Agenda *Women, Peace and Security* (WPS), voltada à promoção da participação das mulheres na construção da paz, à sua proteção em contextos de conflito, à prevenção de violências baseadas em gênero e a inclusão de perspectivas de gênero nas estratégias de resposta e reconstrução pós-conflito.

A Agenda WPS foi resultado de uma intensa articulação de organizações da sociedade civil, que pressionaram o sistema ONU a reconhecer os efeitos específicos que os conflitos armados têm sobre mulheres e meninas e a necessidade de incluí-las como agentes políticas nos processos de paz. Desde a adoção da Resolução 1325, outras resoluções foram progressivamente incorporadas à agenda, consolidando quatro pilares principais: participação, proteção, prevenção e assistência e recuperação (Deiana, 2021; Shepherd, 2017). A inclusão dessas temáticas na pauta do Conselho de Segurança marca uma mudança institucional importante no modo como a ONU compreende e responde aos conflitos armados.

Apesar dos avanços normativos, diversos estudos apontam para limitações na implementação concreta da Agenda WPS e para a persistência de visões que reduzem as mulheres a vítimas passivas dos conflitos (Cohn, 2013; Deiana, 2021). Isso evidencia a importância de investigar não apenas os marcos inaugurais da agenda, mas também sua evolução interna.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar como a Agenda WPS evoluiu nas resoluções do Conselho de Segurança da ONU entre os anos de 2000 e 2022. A partir da categorização das resoluções segundo os quatro pilares da agenda, busca-se identificar padrões, avanços e lacunas na perspectiva de gênero no âmbito do CSNU.

Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma análise descritiva e de conteúdo das resoluções do CSNU aprovadas entre 2000 e 2022, com base em um dicionário de palavras-chave, elaborado a partir da literatura especializada. Também foi utilizada uma abordagem quantitativa para mapear o volume e a distribuição temática das resoluções ao longo do tempo, contribuindo para uma avaliação empírica e sistemática da agenda WPS.

Por fim, os resultados indicam que o número de resoluções relacionadas à agenda cresceram ao longo das duas últimas décadas. No entanto, há uma predominância de temas ligados à proteção, em detrimento de resoluções focadas na assistência e recuperação. Isso reforça as críticas feministas sobre a persistência de uma abordagem que ainda limita a atuação das mulheres à condição de vítimas.

Além desta introdução, o trabalho está organizado em mais quatro seções: uma revisão de literatura sobre teoria feminista nas Relações Internacionais, gênero e segurança, direitos das mulheres no sistema ONU e a Agenda WPS; uma seção metodológica, detalhando as técnicas de análise e as fontes utilizadas; a apresentação e discussão dos resultados obtidos; e, por fim, as considerações finais, que incluem limitações da pesquisa e sugestões para investigações futuras.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A INSERÇÃO DO FEMINISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A disciplina de Relações Internacionais (RI) foi marcada por grandes debates teóricos, que foram influenciados pelos acontecimentos globais. Com o fim da Guerra Fria e uma guerra entre as grandes potências se tornando improvável num futuro próximo, novas questões adentram nos estudos das RI e o feminismo foi uma delas (Tickner, 2001). O surgimento do pensamento feminista dentro das RI se dá junto com o terceiro debate, termo articulado por Yosef Lapid, no final da década de 1980, nesse período, muitos acadêmicos começaram a questionar as crenças positivistas, especialmente a ideia de um conhecimento universal e objetivo (Lapid, 1989 apud Tickner, 2001). Além disso, passaram a criticar os fundamentos epistemológicos e ontológicos da disciplina, que até então eram amplamente dominados por teorias positivistas (Tickner; Sjoberg, 2013). Esse terceiro debate inclui uma variedade de abordagens como a teoria crítica, sociologia histórica e uma ampla maioria das abordagens feministas que também se envolveu na discussão crítica e na reavaliação de questões epistemológicas (Tickner, 2001). Com o término da Guerra Fria, cresceu o interesse por abordagens que buscassem explicar a "construção social da política mundial", distanciando-se das análises tradicionais focadas em *high politics*, dando espaço para que pautas consideradas "soft" como a questão do gênero (Matuella, 2017).

Junto com esses questionamentos sobre a disciplina de RI, as teóricas feministas apontaram para as questões de gênero dentro do campo das RI e começaram a desenvolver críticas feministas aos principais pressupostos da disciplina. Elas viam as RI como um campo comprometido com metodologias universalistas e positivistas que não reconheciam seus fundamentos de gênero e desconsideravam as questões que acadêmicas feministas traziam, com isso se alinharem ao viés pós-positivista do terceiro debate, mas criticando a falta de atenção às questões de gênero (Tickner, 2001). Sylvester (2000) aponta que os esforços empiricistas

feministas para estudar a presença e a agência das mulheres não derivam apenas de um argumento simples de justiça, mas na crença de que pesquisas que incorporam uma consciência feminista são mais confiáveis e sustentáveis do que aquelas baseadas nas experiências de um grupo isolado de pessoas.

As teorias feministas de RI vão deixar a anarquia de lado e focar nas relações sociais, para elas o sistema internacional é constituído por uma hierarquia de gênero socialmente construída que é responsável pela subordinação das mulheres (Tickner; Sjoberg, 2013). Enquanto em outras vertentes teóricas das RI adotam uma abordagem “*top-down*” com foco nas grandes potências e na anarquia do sistema internacional, as análises feministas tendem a começar no nível micro, tentando entender como a vida de indivíduos marginalizados, mulheres, afeta e é afetada pela política internacional, tendo a tendência a explorar temas como desigualdade econômica, nas populações marginalizadas, na crescente feminização da pobreza e na justiça econômica, principalmente no contexto das relações Norte/Sul (Tickner, 2001). Ao trazer essa abordagem “*bottom-up*”, as feministas dão muito valor às experiências vividas por mulheres, trazendo à tona os sujeitos marginalizados por conceitos estadocentristas de segurança, como por exemplo, vítimas de estupro em guerras (Santos, 2015).

De acordo com Sylvester (2000), são as feministas que vão desinvisibilizar as mulheres e oferecer um bom ponto de partida para a transformação das RI. Segundo Cynthia Enloe (2014, p.3) para dar à política internacional um sentido feminista é preciso observar mulheres em lugares que não são olhados por especialistas convencionais por serem considerados “privados” e “domésticos”. Feministas ainda destacam que não estão adicionando o conceito de gênero às Relações Internacionais, mas sim evidenciando como ele já está inerentemente presente tanto na teoria quanto na prática da disciplina (Tickner, 2001).

2.2 PERSPECTIVAS FEMINISTAS SOBRE SEGURANÇA

A disciplina de RI foi fundada por acadêmicos que buscavam explicar as causas da guerra e maneiras para evitá-la, logo o tema de segurança é tratado em diversas teorias das RI, os realistas, definem a segurança principalmente em termos da segurança do Estado, onde um Estado seguro é aquele que pode proteger suas fronteiras físicas e morais contra o sistema internacional anárquico (Tickner; Sjoberg, 2013). Entretanto, como dito por Bjarnegård et al. (2015) as pesquisas convencionais na área de segurança e conflito ignoram o gênero como uma variável relevante. As perspectivas feministas sobre segurança resultam de ontologias e epistemologias diferentes daqueles estudos convencionais.

Segundo Costa (2009, p. 222, apud Santos, 2015), o feminismo nas questões de segurança tem seu início, a partir dos anos 80 tendo em vista o surgimento de novas ameaças onde a teoria feminista busca estruturar seus trabalhos a partir da crítica ao estadocentrismo e à dimensão militar das concepções tradicionais. Santos (2015) afirma que, segundo as feministas, a concepção de segurança humana precisa ser ampliada, pois mesmo no contexto da 'segurança das pessoas', os homens seguem ocupando posições privilegiadas ao subsumir as necessidades das mulheres às agendas masculinas.

A definição de segurança vai ser ampla, com uma abordagem multidimensional e multinível, estudando a questão da segurança com base no indivíduo e sua comunidade, observando os impactos diferenciados das políticas de segurança sobre as mulheres e as pessoas marginalizadas em geral (Tickner; Sjoberg, 2013).

Assim as teóricas feministas adicionaram gênero como categoria de análise, vendo gênero como uma estrutura social que molda as identidades, vidas individuais e também molda, e é moldado pelo universo institucional e simbólico em que habitamos. O gênero é visto como uma maneira de categorizar e simbolizar poder, de estruturar hierarquicamente as relações entre

diferentes categorias de pessoas e diferentes atividades humanas associadas à masculinidade ou à feminilidade (Cohn, 2013).

As análises feministas sobre a guerra enfatizam que a guerra não tem limites espaciais ou temporais, segundo Cohn (2013), feministas veem a guerra como algo que não começa com o primeiro disparo nem termina com a assinatura de tratados. A guerra então, pelas lentes feministas é uma criação da realidade social na qual ela se desenvolve.

Por mais que todos estejam vulneráveis em tempos de conflito, as mulheres acabam se tornando mais vulneráveis em tais situações. Essa vulnerabilidade, entretanto, não é vista apenas pelas mortes diretas na guerra. Bjarnegård et al. (2015) fala que mulheres são submetidas com mais frequência do que os homens a determinadas formas de violência em tempos de guerra, como a exploração sexual. Essa maior vulnerabilidade se dá pela questão de gênero, homens e mulheres simbolizam coisas diferentes para suas comunidades e seus oponentes, por isso são alvos de diferentes maneiras e seus sofrimentos têm impactos sociais diferentes (Cohn, 2013).

Teóricas feministas se mostram preocupadas em entender o que acontece durante a guerra, destacando os impactos da guerra nas mulheres. Tickner (2001) chama atenção para a violência sexual, especialmente o estupro, em períodos de conflito e como o estupro não é apenas um produto da guerra, mas muitas vezes uma estratégia militar sistemática, em guerras étnicas, o estupro é utilizado como uma arma para danificar, ou até mesmo acabar com a identidade de comunidades. As construções de gênero além de tornar as mulheres mais propensas a serem vítimas, aumentam a vulnerabilidade dessas mulheres após a violência sexual. Cohn (2013) fala sobre como quando a identidade masculina, a honra da família ou do grupo não toleram a violação sexual de "suas" mulheres ou o nascimento de filhos do "inimigo", essas mulheres podem ser expulsas, perdendo o amparo das relações familiares e sociais. Na guerra civil de Ruanda mais de 250.000 mulheres foram estupradas e por conta disso foram

estigmatizadas perante suas comunidades, e suas crianças foram rotuladas como “filhos do diabo”(Tickner, 2001). Outro grande problema era a ausência de mulheres em negociações de paz nacionais, das missões de manutenção da paz que procuravam manter estes acordos e das instituições e medidas de construção da paz que são fundamentais para a reconstrução da sociedade pós guerra, como estavam de fora desses processos seus interesses não eram levados em consideração nos acordos de paz (Hendricks, 2020).

Por isso ao estudar sobre mulheres e situações de conflito a análise bottom-up se torna tão reveladora, as análises não devem se limitar ao conflito em si e ao que é convencionalmente entendido como guerra, mas devem também analisar os processos e instituições que produzem tanto a guerra quanto às relações de gênero, assim como as formas pelas quais esses dois aspectos afetam um ao outro (Cohn, 2013).

2.3 OS DIREITOS DAS MULHERES NO SISTEMA ONU

Com o fim da Guerra Fria, vimos uma grande mudança na forma dos conflitos, antes interestatais e que, a partir de então, se tornaram conflitos intraestatais. Com isso, interpretações realistas baseadas em equilíbrio de poder acabaram por perder sua validade, abrindo espaço para uma nova conceitualização da segurança. Esse cenário foi crucial para que a violência sexual e baseada em gênero fosse reconhecida como uma questão de paz e segurança, e para que as mulheres fossem reposicionadas como agentes ativos nesses processos (Hendricks, 2020)

A questão de violência contra a mulher entrou na agenda internacional, tendo em primeiro plano a violência doméstica como foco entretanto, expandiu-se para as diversas outras formas de violência, como a que ocorre durante conflitos armados (Matuella,2017).

A questão da mulher também adentrou o sistema ONU, que conforme o Artigo 1 de sua carta define como um de seus principais objetivos a manutenção da paz e da segurança

internacionais, promovendo medidas coletivas para a prevenção de ameaças. Em 1946, foi estabelecida a Comissão sobre o Status da Mulher (CSW, sigla em inglês), um órgão subsidiário da Comissão de Direitos Humanos. A CSW tem como responsabilidade formular recomendações de políticas e relatórios para o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) sobre a promoção da igualdade das mulheres nos mais diversos campos, como o político, econômico, civil, social e educacional. Foi também responsável por estabelecer as bases para a igualdade jurídica desde o início, com foco principal nos direitos políticos das mulheres, como o direito ao voto (Bunch, 2018).

As conferências do México (1975), Copenhague (1980) e Nairóbi (1985) foram primordiais para os avanços dos direitos das mulheres. O ano de 1975 foi declarado o Ano Internacional da Mulher, e o período de 1976 a 1985 foi designado como a Década das Nações Unidas para as Mulheres (Bunch, 2018). Essas conferências da ONU foram fundamentais para consolidar pautas feministas na agenda internacional. A primeira, realizada na Cidade do México, destacou as diferenças nas demandas dos grupos feministas do Norte e do Sul global. Já a conferência de Copenhague avançou ao aprovar uma resolução contra a violência familiar, além de ampliar a participação feminina e a diversidade geográfica dos grupos presentes. A Conferência de Nairóbi representou um marco ao estabelecer recomendações diretas sobre a violência contra a mulher, promovendo uma maior convergência entre os grupos feministas e impulsionando uma mudança na abordagem dos governos sobre o tema (Matuella, 2017).

Em 1981 entrou em vigor a Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW), que define e identifica várias formas de discriminação contra as mulheres e resultou num instrumento jurídico internacional vinculativo para todos os Estados-parte das Nações Unidas (Matuella, 2017).

Outros momentos significativos como a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (DEVAW), ratificada em 1993, foi fundamental para ampliar a discussão sobre

segurança na ONU para incluir ameaças e perpetração de violência de gênero (Shepherd 2017), além de reconhecer que a violência contra as mulheres constitui uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres (Matuella, 2017).

A Plataforma de Ação de Pequim, da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995, também foi um marco importante. Aqui a violência sexual foi reconhecida como um obstáculo para a igualdade, o desenvolvimento e a paz, além de dar visibilidade para as mulheres em situações de conflitos armados, incluindo-as como vítimas de violência sexual (Matuella, 2017). Shepherd (2017) diz que foi com a Plataforma de Ação que foi reconhecido que os conflitos armados afetam as mulheres e os homens de forma diferente e que a gestão de conflitos armados e a reconstrução pós-conflito precisam levar em consideração a proteção dos direitos e dos corpos das mulheres, a prevenção da violência de gênero e a participação das mulheres na construção da paz.

2.4 O CONSELHO DE SEGURANÇA E A AGENDA MULHERES, PAZ E SEGURANÇA

Essas declarações e conferências são muito importantes para a história da luta feministas entretanto, como Mattuella (2017) diz, por mais que elas criaram precedentes para que ocorra uma maior pressão de movimentos de mulheres da sociedade civil que possam demandar atenção para a problemática e possibilitem ações de maneira legitimada, são discursos políticos, simbólicos de caráter não vinculante aos Estados, e o único órgão da ONU que tem essa capacidade é o Conselho de Segurança (CSNU).

De acordo com a Carta da ONU (1945) Artigo 7 (1), a ONU tem como órgãos principais a Assembléia Geral, O Conselho de Segurança, O Conselho Econômico e Social, um conselho de Tutela, uma Corte Internacional de Justiça e um Secretariado. Cada um desses órgãos tem a sua função, e é o CSNU que é responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais. Em seu livro Sievers e Daws (2014) afirmam que a frase “paz e segurança

internacionais” aparece trinta e duas vezes na Carta, e a grande maioria desses usos está relacionada ao Conselho de Segurança.

Conforme estabelecido na Carta da ONU. O CSNU é composto por 15 membros, sendo cinco permanentes (China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos) e dez membros não permanentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de dois anos (Garcia, 2013). De acordo com o Artigo 25 da Carta da ONU as decisões do Conselho são vinculantes para todos os Estados-membros, onde em questões substantivas, exigem o voto afirmativo de nove membros, incluindo os cinco permanentes, que possuem o poder de veto (Artigo 27 da Carta da ONU). O direito de veto foi uma condição essencial imposta pelas grandes potências na criação da ONU, visto como um mecanismo para garantir sua participação e comprometimento na segurança internacional (Garcia, 2013). O Conselho tem a responsabilidade de determinar ameaças à paz e de adotar medidas, desde recomendações diplomáticas (Artigo 39 da Carta da ONU) até sanções e uso da força, falado no Capítulo VII da Carta. Além disso, cabe ao órgão a admissão de novos membros na ONU, a escolha do Secretário-Geral e a indicação de juízes para a Corte Internacional de Justiça (Sievers; Daws, 2014). Sua atuação contínua, com reuniões periódicas e a possibilidade de se reunir fora da sede da ONU, garante sua prontidão para lidar com crises emergentes (Artigos 28 a 32 da Carta da ONU).

Por conta da estrutura da ONU era muito importante que a questão da mulher em situação de conflito armado fosse tratada dentro do Conselho, por isso várias organizações da sociedade civil se uniram para formar o *NGO Working Group on Women, Peace and Security* (Grupo de Trabalho de ONGs sobre Mulheres, Paz e Segurança)¹ em Nova York (Shepherd 2017). Além disso a ideia da agenda WPS já tinha como base as ideias e ações de movimentos

¹ O *NGO Working Group on Women, Peace, and Security* é formado por um conglomerado de organizações não governamentais como Amnesty International, Consortium on Gender Security and Human Rights, Femmes Africa Solidarité, Global Justice Centre, Human Rights Watch, International Rescue Committee, Madre, Open Society Foundations, Oxfam International, Refugees International, Institute for Inclusive Security, Women’s Action for New Directions, Women’s International League for Peace and Freedom e Women’s Refugee Commission (Rebelo,2022).

feministas e pacifistas que compartilhavam uma agenda transformadora antimilitarista em resposta à violência das duas Guerras Mundiais. Um exemplo é a *Women's International League for Peace and Freedom* (WILPF), uma organização da sociedade civil que surgiu em 1915 e foi um ator transnacional central no desenvolvimento da Resolução 1325 (Björkdahl; Selimovic, 2019).

O trabalho das ONGs, que fazem lobby e trabalham em rede dentro das instituições internacionais, foi crucial para levar em conta os direitos humanos das mulheres e reconhecer os danos cometidos contra elas como violações do direito internacional (Chinkin, 2019). O *Women and Armed Conflict Caucus*, por exemplo, foi fundamental no estabelecimento das bases para ações de advocacy que criaram o espaço para a resolução 1325 (Hamilton *et al.* 2021). O sucesso do movimento das ONGs no âmbito da agenda WPS está diretamente relacionado ao alinhamento e à cooperação com Estados-membros favoráveis do CSNU e com agências especializadas das Nações Unidas, como a UNIFEM, o que possibilitou ampliar o acesso das ONGs a um espaço tradicionalmente resistente às pautas de gênero. (Rebelo, 2022).

A aprovação da Resolução 1325 foi o resultado da mobilização transnacional feminista e dos esforços de advocacy para pressionar a ONU. Por mais que Shepherd (2017) reconheça lacunas na agenda, ela diz que é necessário reconhecer as conquistas das diversas organizações da sociedade civil de mulheres, que conseguiram chamar a atenção do CSNU.

A Resolução foi adotada em 31 de outubro de 2000 por unanimidade de votos pelos membros do Conselho de Segurança, sendo os não permanentes: Argentina, Bangladesh, Canadá, Jamaica, Malásia, Mali, Namíbia, Holanda, Tunísia e Ucrânia, como também os membros permanentes, China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos (Matuella, 2017).

A assinatura da Resolução 1325 do CSNU é considerada um momento altamente significativo. Foi a primeira vez em que o CSNU dedicou uma sessão inteira para discutir as experiências das mulheres em cenários de conflito e pós-conflito, além de estabelecer ações a

serem tomadas pelo Conselho de Segurança, pelos departamentos da ONU e pelos Estados-membros (Deiana, 2021). Foi com essa resolução que se deu início a agenda Women Peace and Security (WPS). A Resolução reconhece que a guerra atinge as mulheres de forma diferente, e reafirmou a necessidade de uma maior participação das mulheres nos processos de decisões em relação à prevenção e resolução de conflitos, além de reafirmar a importância de aumentar o seu papel na tomada de decisões no que respeita à prevenção e resolução de conflitos (Matuella, 2017).

A agenda reconhece a necessidade de abordagens sensíveis às questões de gênero e expressa um compromisso com a inclusão das mulheres como agentes fundamentais na construção da paz e na resolução de conflitos (Deiana, 2021). A agenda busca dar voz a mulheres afetadas por conflitos, violência de gênero e deslocamento, promovendo sua participação em fóruns internacionais para compartilhar experiências práticas sobre proteção de populações vulneráveis. Visando conectar esse conhecimento local ao saber especializado, frequentemente distante das realidades locais e das pessoas mais impactadas, valorizando a experiência vivida como fonte principal de compreensão dos conflitos (Davies, 2019).

De maneira convencional a agenda foi organizada em quatro pilares interligados: Participação, Proteção, Prevenção e Assistência e Recuperação. Os pilares da Agenda WPS são interdependentes e fundamentais para a inclusão da perspectiva de gênero nos processos de paz e segurança. O pilar da Participação enfatiza a necessidade de aumentar a presença feminina em todos os níveis de tomada de decisão, incluindo negociações de paz e missões de campo, mostrando o reconhecimento da ONU de que a inclusão de mulheres nos processos de pacificação contribui para soluções mais sustentáveis. O pilar da Proteção foca em ações no contexto da violência sexual e de gênero, incluindo em situações de emergência e humanitárias, garantindo que os direitos e a integridade física das mulheres sejam protegidos em contextos de conflito e pós-conflito. O pilar da Prevenção tem como foco estratégias de intervenção para

impedir a violência contra mulheres, incluindo a responsabilização dos perpetradores por meio do direito internacional, demonstrando a necessidade de abordagens institucionais para prevenir a repetição de crimes de gênero em contextos de guerra. Por fim, o pilar da Assistência e Recuperação busca reduzir os impactos de gênero em emergências humanitárias, garantindo que mulheres e meninas possam se beneficiar e participar da reconstrução pós-conflito, reforçando a necessidade de incluir a perspectiva de gênero na resposta humanitária e nos esforços de reestruturação da sociedade (Deiana, 2021; Shepherd, 2017).

Os quatro pilares da agenda WPS estão ancorados na Resolução 1325 e foram expandidos por resoluções subsequentes, tais como as Resoluções 1820 (2008), 1888 (2009), 1889 (2009), 1960 (2010), 2106 (2013), 2122 (2013) e 2242 (2015). Como todas as resoluções do Conselho de Segurança, essas diretrizes são juridicamente vinculantes para os Estados-membros da ONU, consolidando um arcabouço político para a implementação da agenda WPS no cenário internacional (Shepherd, 2017).

3 METODOLOGIA

Neste trabalho é realizada uma análise descritiva das resoluções do Conselho de Segurança da ONU com o objetivo de identificar e categorizar as resoluções pertencentes à agenda WPS e categorizar as resoluções encontradas. Dessa forma, o método descritivo é empregado para analisar e compreender a evolução da agenda *Women, Peace and Security* (WPS) a partir das resoluções do Conselho de Segurança no período de 2000 a 2022. Para isso, será adotada uma abordagem predominantemente qualitativa, complementada por análises quantitativas. Enquanto a análise quantitativa permite identificar padrões e tendências ao longo do tempo, a abordagem qualitativa possibilita uma compreensão mais aprofundada do significado e do conteúdo das resoluções.

Esta pesquisa utiliza a base de dados disponibilizada pelo projeto “Multilateralismo e desafios globais: passado, presente e futuro” das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O processamento dos dados foi realizado no RStudio, onde inicialmente foram extraídas todas as resoluções do Conselho de Segurança. Posteriormente, aplicou-se um filtro temporal para selecionar exclusivamente as resoluções promulgadas no período de 2000 a 2022, sendo 2000 o ano da primeira resolução da agenda, de modo a corresponder ao escopo temporal da investigação.

Além disso, foi construído um dicionário de palavras-chave, empregado para identificar as resoluções que abordavam temáticas relativas à situação das mulheres, objetivando excluir as resoluções que não fosse pertinentes à pesquisa e garantindo que apenas aquelas que tratassem diretamente da questão de gênero fossem analisadas. O dicionário foi elaborado com base na literatura acadêmica sobre o tema, incorporando termos frequentemente utilizados nas discussões sobre mulheres, paz e segurança. Após a aplicação do dicionário foram encontradas 560 resoluções que mencionavam a questão das mulheres de alguma forma.

Quadro 1 - Dicionário aplicado

Dicionário
Beijing Declaration, Distinction based on sex, Discrimination against women, Equality between the sexes, Female, Female peacekeepers, Female troops, Gender advisors, Gender-based crimes, Gender equality, Gender perspectives, Girl, Inequalities between women and men, Mother, Rape, Sexual abuse, Women, Women and children, Women's participation

Fonte: A autora

Também foi realizada uma análise de conteúdo, uma técnica de pesquisa utilizada para examinar conteúdos verbais, visuais ou escritos, com o objetivo de descrever, quantificar e interpretar fenômenos, considerando seus significados, consequências e contextos (Sampaio; Lycarião, 2021), com as resoluções encontradas. Neste estudo, a análise de conteúdo foi realizada manualmente, sem o uso de softwares específicos para categorização automática, garantindo maior controle sobre a interpretação dos documentos analisados. Após essa análise manual, percebeu-se que 11 resoluções eram, na verdade, falsos positivos. Essas resoluções, embora tratassem de conflitos armados e violência, não incluíam explicitamente a perspectiva de gênero ou as mulheres como agentes centrais. Exemplos disso incluem resoluções focadas na proteção de crianças em conflitos armados (S/RES/1882 (2009)) ou na segurança do pessoal da ONU em missões em países em guerra (S/RES/1502 (2003)), que, apesar de relevantes para o contexto de paz e segurança, não se enquadram diretamente na agenda Women, Peace and Security (WPS). Ao remover esses falsos positivos, o corpus definitivo ficou com 549 resoluções.

As resoluções selecionadas foram submetidas a um processo de categorização fundamentado nos quatro pilares da agenda WPS, amplamente reconhecidos na literatura:

Participação, Prevenção, Proteção e Assistência e Recuperação (Deiana, 2021; Shepherd, 2017).

Resoluções classificadas como Participação abordavam a ampliação da presença e influência das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão, tanto em instituições nacionais, regionais e internacionais, quanto em mecanismos de prevenção, gestão e resolução de conflitos. Essa categoria também incluía resoluções que enfatizavam o envolvimento feminino em negociações de paz e operações de manutenção da paz, seja como soldados, policiais, civis ou representantes especiais da ONU.

A categoria de Proteção compreendia resoluções voltadas à garantia dos direitos das mulheres e meninas em contextos de conflito e crises humanitárias. Para serem classificadas nessa categoria, as resoluções deveriam abordar a proteção contra a violência de gênero e a violência sexual, incluindo medidas específicas para assegurar a segurança de mulheres e meninas em campos de refugiados e outras situações humanitárias e de emergência.

Resoluções enquadradas na categoria de Prevenção tratavam da mitigação e prevenção de conflitos e de todas as formas de violência contra mulheres e meninas em cenários de guerra e pós-guerra. Foram consideradas resoluções que mencionaram o fortalecimento de mecanismos de responsabilização, como a punição de perpetradores de violência de gênero sob a legislação internacional, além de medidas para fortalecer os direitos das mulheres em âmbito nacional.

Por fim, a categoria de Assistência e Recuperação reuniu resoluções que enfatizavam a necessidade de incorporar uma perspectiva de gênero nas estratégias de resposta e reconstrução pós-conflito. Resoluções classificadas nesse grupo incluíam diretrizes sobre a natureza civil e humanitária de campos de refugiados, assegurando que as necessidades específicas de mulheres e meninas fossem consideradas no planejamento e organização desses espaços.

Além dessas categorias preexistentes, identificou-se a necessidade de uma quinta categoria, destinada às resoluções que, embora mencionem aspectos relacionados às mulheres, não se enquadram integralmente em nenhuma das quatro dimensões estabelecidas, denominadas “outras”.

Para isso foi elaborada uma planilha onde foram estabelecidos os critérios de classificação para cada categoria e foram registrados os trechos específicos das resoluções analisadas que fundamentaram a categorização, garantindo transparência e rigor metodológico na análise.

Quadro 2 — Exemplos de classificação dos documentos

Resolução	Resolução	Trecho
S/RES/1674 (2006)	Proteção	[...]Recalling the particular impact which armed conflict has on women and children, including as refugees and internally displaced persons, as well as on other civilians who may have specific vulnerabilities, and stressing the protection and assistance needs of all affected civilian populations [...]
S/RES/2640 (2022)	Proteção	[...]To provide specific protection and assistance for women and children affected by armed conflict, including through Protection Advisors, Child Protection Advisors, Women Protection Advisors and civilian and uniformed Gender Advisors and focal points[...]
S/RES/1960 (2010)	Prevenção	[...]Reiterating the need for civilian and military leaders, consistent with the

		principle of command responsibility, to demonstrate commitment and political will to prevent sexual violence and to combat impunity and enforce accountability[...]
S/RES/2625 (2022)	Prevenção	[...]To monitor, investigate, verify and report specifically and publicly on violations and abuses committed against women and children, including those involving all forms of sexual and gender-based violence in armed conflict, and accelerate implementation of monitoring, analysis and reporting arrangements on conflict-related sexual violence, including by ensuring these arrangements promote timely action to deter, prevent and respond to sexual violence [...]
S/RES/2548 (2020)	Participação	[...]requests the Secretary-General to seek to increase the number of women in MINURSO, as well as to ensure the full, effective, and meaningful participation of women in all aspects of operations;[...]
S/RES/1889 (2009)	Participação	[...]Urges Member States, international and regional organisations to take further measures to improve women's participation during all stages of peace processes, particularly in conflict resolution, post-conflict planning and peacebuilding, including by enhancing their engagement

		<p>in political and economic decision-making at early stages of recovery processes, through inter alia promoting women's leadership and capacity to engage in aid management and planning, supporting women's organizations, and countering negative societal attitudes about women's capacity to participate equally; [...]</p>
S/RES/1609 (2005)	Assistência e Recuperação	<p>[...]Urges Member States, international and regional organisations to take further measures to improve women's participation during all stages of peace processes, particularly in conflict resolution, post-conflict planning and peacebuilding, including by enhancing their engagement in political and economic decision-making at early stages of recovery processes, through inter alia promoting women's leadership and capacity to engage in aid management and planning, supporting women's organizations, and countering negative societal attitudes about women's capacity to participate equally; [...]</p>
S/RES/2117 (2013)	Assistência e Recuperação	<p>[...]stressing the importance of comprehensive international, regional and national approaches to disarmament, demobilization and</p>

		reintegration that integrates political, social, economic, development and security aspects, and provides for the special needs of children and women[...]
S/RES/1332 (2000)	Outras	[...]Deeply concerned at the increased rate of HIV/AIDS infection in particular amongst women and girls as result of the conflict [...]

Fonte: A autora

4 RESULTADOS

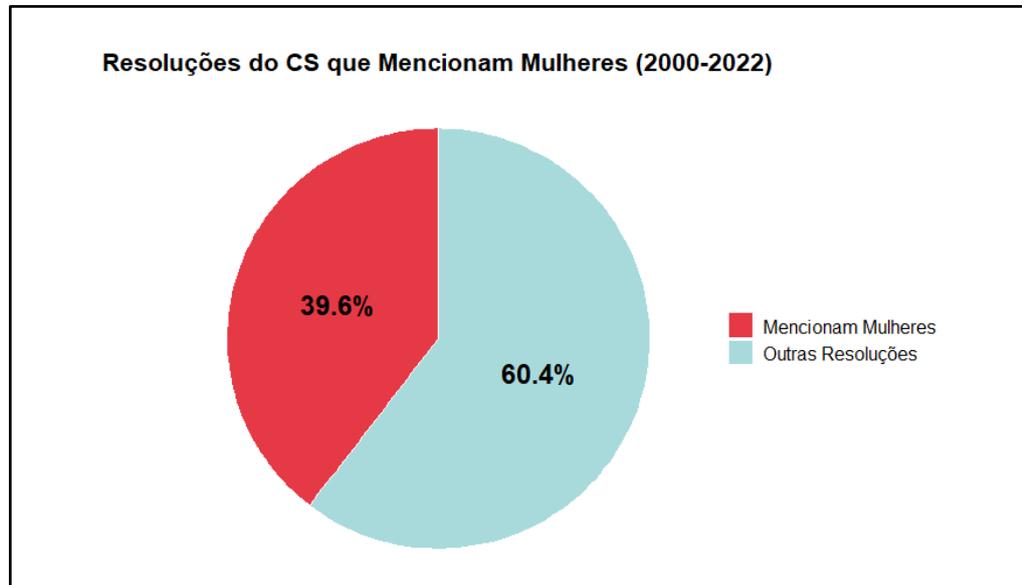
Como mostrado anteriormente, a literatura demonstra que a pauta feminina sempre esteve presente no sistema da ONU, consolidando-se em conferências e tratados internacionais, com marcos como a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e a Plataforma de Ação de Pequim. Assim, a agenda WPS não surgiu no vácuo, mas como resultado das pressões da sociedade civil e da ampliação das perspectivas sobre segurança. Embora o campo da segurança historicamente tenha marginalizado as questões de gênero, a evolução teórica permitiu que abordagens feministas destacassem a centralidade das experiências das mulheres em conflitos armados (Tickner; Sjoberg, 2013).

A adoção da Resolução 1325 em 2000 marcou a introdução sistemática da perspectiva de gênero no Conselho de Segurança da ONU, representando um marco na institucionalização da pauta feminina dentro da governança global da segurança. Essa mudança garantiu que as especificidades da experiência feminina em contextos de conflito fossem consideradas em decisões de alto nível.

A presente seção tem como objetivo apresentar os resultados da análise das resoluções do Conselho de Segurança da ONU no período de 2000 a 2022, no contexto da agenda WPS. A pesquisa buscou compreender a evolução dessa agenda, a trajetória dela dentro do CSNU, contribuindo para a avaliação de sua efetividade e impacto na promoção da paz e da segurança internacional sob uma perspectiva de gênero. Com a categorização aplicada, os resultados serão apresentados a partir dessas categorias, evidenciando como cada uma delas foi abordada ao longo do período estudado. Por fim, serão abordados os desafios e as lacunas ainda existentes, com base em padrões identificados na análise das resoluções.

No período de 2000 até 2022 o CSNU teve um total de 1387 resoluções, dentre essas 549 mencionam mulheres, ou seja 39.6% das resoluções nesse período mencionam mulheres, como podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico 1- Resoluções 2000-2022

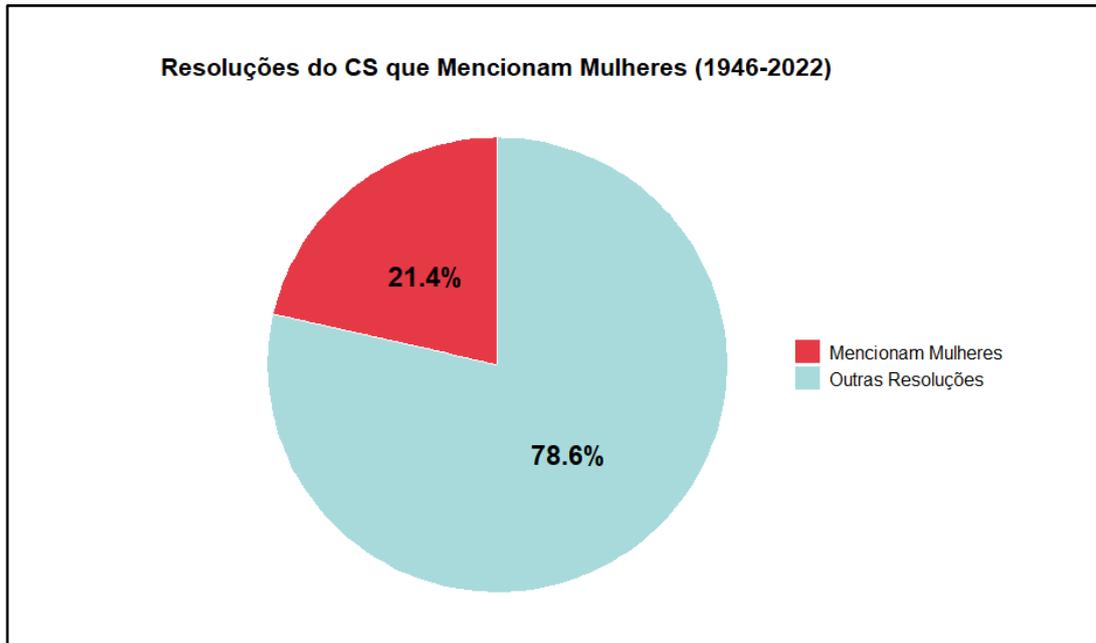


Fonte: A autora

O impacto da agenda WPS pode ser visto quando comparamos a porcentagem de resoluções que mencionam mulheres pós 2000 e quando incluímos todas as resoluções do CSNU.

No período de 1946, o ano da primeira reunião, até 2022 o CSNU tem 2671 resoluções onde temos 572 resoluções mencionando mulheres, tendo um percentual de somente 21.4% de resoluções que mencionam mulheres (gráfico 2). Logo, esse resultado mostra que 95.9% das resoluções que mencionam mulheres aconteceram no período pós WPS, entre os anos 2000 até 2022.

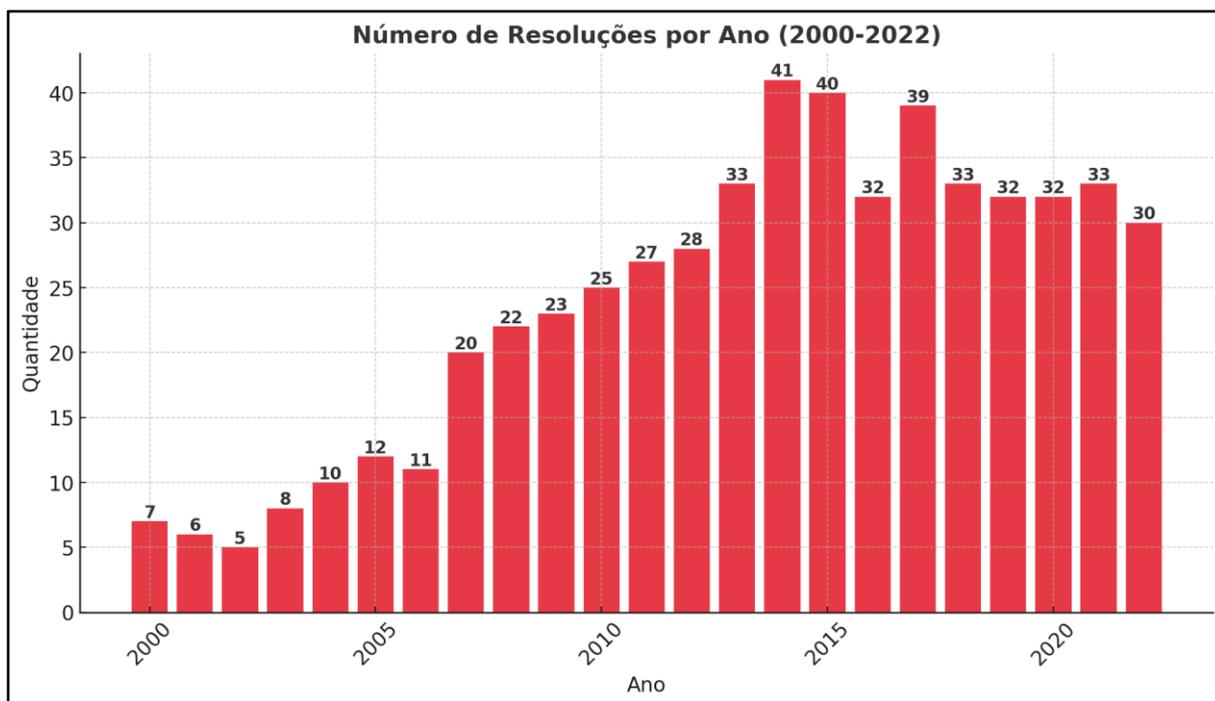
Gráfico 2 - Resoluções 1946-2022



Fonte: A autora

Quando o total de resoluções que mencionam mulheres são distribuídas por ano, é possível identificar picos de produtividade, assim como períodos em que poucas resoluções foram aprovadas, entretanto após a agenda WPS em todos os anos do período sempre existiu resoluções que mencionavam mulheres. De acordo com o gráfico 3, percebe-se que o ano de 2014 foi o com maior número de resoluções, com 43 resoluções que mencionam a questão da mulher. Por outro lado, os anos iniciais da agenda se mostram com uma menor quantidade de resoluções aprovadas mencionando mulheres. Em média, temos 23,87 resoluções por ano que mencionam mulheres.

Gráfico 3 - Total de menções por ano



Fonte: A autora

Observamos que as menções às mulheres cresceram de maneira quase constante ao longo dos anos, iniciando-se de forma tímida no começo dos anos 2000, mas ganhando força gradualmente. Próximo a 2010, nota-se um aumento significativo no número de resoluções anuais. Esse crescimento pode estar relacionado, conforme apontado por Thomson (2019), às medidas institucionais importantes que foram tomadas, como a criação da Ação das Nações Unidas contra a Violência Sexual em Conflitos (2007) e a nomeação de um Representante Especial sobre Violência Sexual em Conflitos (2009), essas medidas não apenas trouxeram maior visibilidade ao tema, mas também podem ter impulsionado a formulação de novas resoluções.

Também após 2010 observamos um aumento global de situações de conflito e uma mudança na forma que esses conflitos se davam, em que durante essas situações, as mulheres se tornam mais vulneráveis onde a violência sexual continua a ser uma estratégia (Hendricks,

2020). Tendo isso em vista, levando em consideração que em 2010 a agenda WPS já tinha bases formais institucionalizadas dentro da ONU, era esperado que o número de resoluções crescesse em resposta à intensificação e à expansão dos conflitos.

Em 2014 encontramos o maior número de resoluções por ano, com um total de 41 resoluções. No *Monthly Forecast* (disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org>) do CSNU de outubro de 2014 vemos que existiam diversas operações de manutenção da paz, como a MONUSCO, MINUSMA, UNDOF e AMISOM. Dado que a agenda WPS já se encontrava consolidada institucionalmente nesse período e que o número de conflitos e missões de paz em curso era elevado, é compreensível que 2014 tenha registrado um pico de resoluções que mencionam mulheres, pois a incorporação de questões de gênero nas deliberações do CSNU já era uma prática esperada.

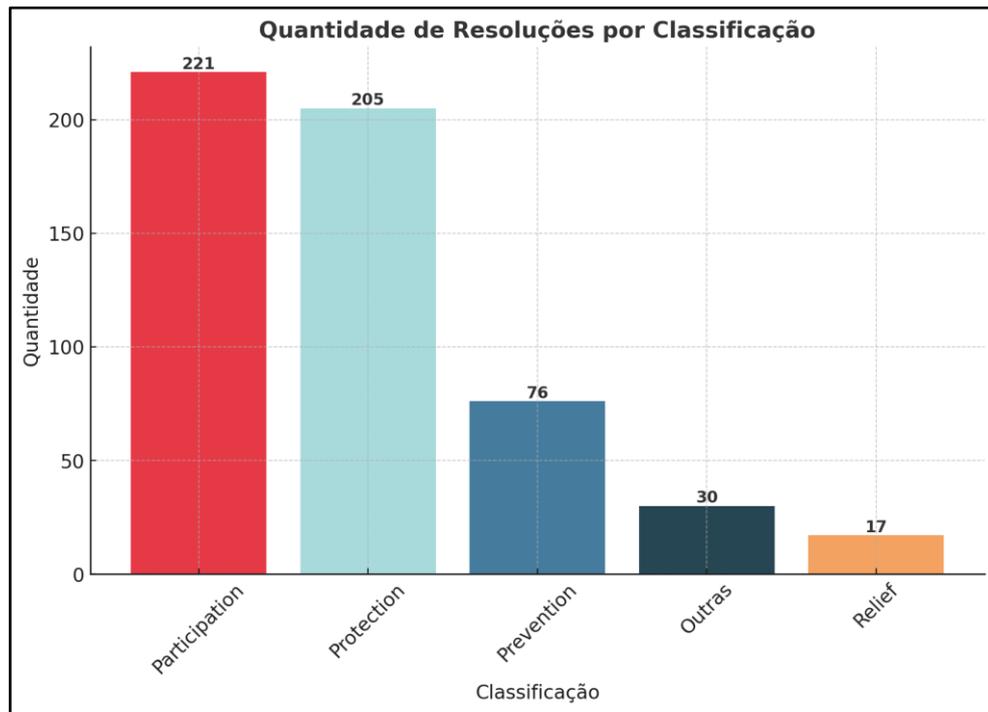
Ao categorizar as resoluções do CSNU conforme ilustrado no gráfico abaixo, é possível observar a distribuição das resoluções de acordo com suas respectivas categorias. É notório que as categorias de participação e proteção se sobressaem em relação às demais, evidenciando um predomínio de resoluções voltadas para a garantia dos direitos das mulheres e meninas em contextos de conflito e crises humanitárias além da ampliação da presença das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão, enfatizando o envolvimento feminino em negociações de paz e operações de manutenção da paz.

Juntas, as categorias de participação e proteção representam cerca de 77.5% de todas as resoluções que mencionam mulheres, enquanto a questão de assistência e recuperação reuniu o menor número de resoluções representando somente 3,10% do escopo total de resoluções.

O número reduzido de resoluções relacionadas a esse pilar pode ser explicado pelo fato de que ainda que sua essência já estivesse presente em resoluções anteriores, como a 1325, que inclui referências à incorporação de perspectivas de gênero nos processos de reassentamento, reabilitação e reintegração pós-conflito, o alívio e a recuperação foi formalmente reconhecidos

como o quarto pilar da agenda WPS apenas em 2007, por iniciativa do Secretário-Geral da ONU (O'Reilly, 2019).

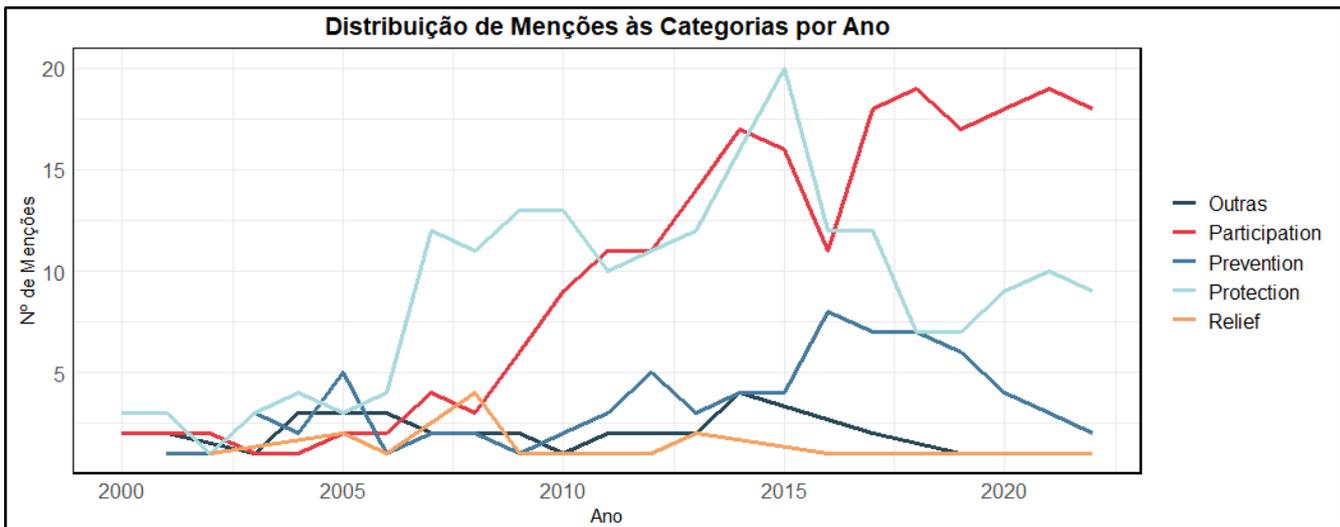
Gráfico 4 - Total de menções por categoria



Fonte: A autora

O gráfico abaixo demonstra a distribuição das resoluções de acordo com as categorias ao longo dos anos. A partir dele, é possível identificar variações na produção sobre os temas, evidenciando períodos de maior e menor intensidade.

Gráfico 5 - Distribuição de menções às categorias por ano



Fonte: A autora

Fica evidente que a questão da proteção sempre foi colocada como muito importante e como um assunto prioritário na agenda WPS. Desde o início da agenda até meados de 2015 a questão da proteção e garantia dos direitos das mulheres e meninas em contextos de conflito foi o tópico mais discutido dentro do CSNU. A predominância do pilar da proteção é ligada ao fato, já pontuado por teóricas feministas, que tanto a segurança quanto a paz são conceitos profundamente ligados ao gênero. A segurança sendo associada a uma forma forte de masculinidade e a paz a um tipo de feminilidade em que as mulheres são vistas apenas como vítimas que precisam de proteção (Tickner, 2001; Cohn, 2013).

Esse foco gigante na proteção é uma crítica de diversas acadêmicas à agenda, que acaba por reproduzir uma hierarquia de gênero que coloca as mulheres como indivíduos vulneráveis que sempre são as vítimas dos conflitos. Deiana (2021) pontua que como consequência disso é uma resistência em ver as mulheres como atores-chave em conflitos ou interlocutoras cruciais nas negociações de cessar-fogo e acordos de paz.

Ao mesmo tempo, vemos que os dados quantitativos apresentados demonstram que a proteção deixou de ser o principal tema já há algum tempo. A literatura sobre a agenda WPS, embora muito extensa, é, em sua grande maioria, composta por análises qualitativas. Por esse

motivo, pesquisas como a realizada por Deiana (2021) frequentemente apresentam como crítica central o foco excessivo na proteção. Entretanto, os dados revelam uma inversão significativa de prioridades, especialmente após 2015, quando a participação se consolida como o principal tópico da agenda WPS. Essa divergência mostra um possível descompasso entre a percepção predominante na literatura qualitativa e as mudanças capturadas quantitativamente, sugerindo que a agenda WPS tem avançado de maneira mais dinâmica e complexa do que algumas análises qualitativas são capazes de reconhecer.

Por mais que o foco estivesse no pilar da proteção, a questão da participação sempre esteve presente durante todo o período analisado. Em 2015, a questão da participação se torna central, supera todas as outras categorias e vem se mantendo como o assunto prioritário, demonstrando um esforço significativo em promover a presença efetiva das mulheres em diversos níveis de tomada de decisões e em mecanismos de paz e segurança. Essa mudança evidencia uma transformação na forma como a agenda enquadra as mulheres, deslocando-as de uma posição passiva para uma atuação ativa nos processos de construção e manutenção da paz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão das mulheres já estava presente no escopo da ONU antes da Resolução 1325 e antes da agenda WPS, entretanto foi somente a partir dela que essa perspectiva se institucionalizou formalmente no âmbito da segurança internacional, com implicações jurídicas vinculantes. Essa mudança criou oportunidades para a articulação das demandas feministas por transformação política e para a inclusão de perspectivas de gênero nas práticas internacionais de paz e segurança. A análise das resoluções do Conselho de Segurança da ONU entre 2000 e 2022 evidencia como a Agenda Women, Peace and Security (WPS) evoluiu ao longo do tempo, refletindo tanto os avanços institucionais quanto os limites persistentes da integração da perspectiva de gênero nas questões de paz e segurança internacional.

Ao longo das últimas duas décadas, a Agenda *Women, Peace and Security* demonstrou um avanço significativo na visibilidade das questões de gênero em contextos de conflito. A análise das 549 resoluções aprovadas entre 2000 e 2022 permitiu identificar padrões relevantes, especialmente a predominância dos pilares da participação e da proteção. Contudo, essa predominância também revelou os limites estruturais da agenda, uma vez que a proteção tende a reforçar estereótipos de gênero que posicionam as mulheres como vítimas a serem protegidas, mais do que como agentes políticos.

Os resultados dialogam com as críticas formuladas por teóricos como Carol Cohn (2013) e Maria Deiana (2021), que apontam a persistência de uma hierarquia de gênero no tratamento da segurança internacional. Embora essas críticas sejam pertinentes, os dados indicam que a agenda WPS busca se distanciar desse padrão ao direcionar uma atenção crescente para a participação feminina nos processos de paz e segurança. Assim, é inegável a relevância da Agenda WPS no reconhecimento institucional das demandas feministas no campo da segurança internacional e na tentativa de promover uma inclusão mais significativa das mulheres em espaços historicamente dominados por perspectivas masculinas.

Além disso, a análise evidenciou uma lacuna significativa na agenda WPS, o baixo número de resoluções voltadas ao pilar de assistência e recuperação, que representou uma fração mínima do corpus analisado. Essa sub-representação indica uma atenção ainda insuficiente à dimensão pós-conflito da agenda, especialmente no que se refere à justiça econômica, à reintegração social e ao apoio a sobreviventes de violência sexual. Tal ausência sugere que, apesar dos avanços institucionais, a agenda WPS ainda carece de uma perspectiva de gênero no pós-conflito.

Como limitações, ressalta-se que a pesquisa se restringiu ao conteúdo formal das resoluções, focando na dimensão normativa e textual das resoluções, não avaliando sua implementação prática nos Estados-membros. Como sugestão para estudos futuros, propõe-se a análise comparativa da aplicação da agenda WPS em diferentes contextos regionais, bem como investigações sobre os efeitos concretos dessas resoluções na vida das mulheres afetadas por conflitos armados.

Outro fator limitante desta pesquisa tem relação com a construção e categorização do banco de dados, que foi realizada de forma individual. Embora o cuidado metodológico na aplicação do dicionário de palavras-chave e na análise manual das resoluções, o tempo restrito para a finalização da pesquisa impossibilitou a reclassificação. O que pode gerar certa margem de subjetividade nas classificações, especialmente considerando a complexidade dos textos e a sobreposição entre os pilares da agenda WPS.

Este trabalho oferece uma contribuição original ao campo de estudos sobre a Agenda WPS ao realizar um mapeamento sistemático e empírico de suas resoluções, articulando métodos quantitativos e qualitativos. O trabalho complementa abordagens qualitativas já consolidadas. Com a sistematização da presença das quatro categorias podemos observar não apenas os avanços institucionais da ONU, mas também as limitações existentes e persistentes dentro da perspectiva de gênero na governança global da paz e segurança.

REFERÊNCIAS

BJARNEGÅRD, E.; MELANDER, E.; BARDALL, G.; BROUNÉUS, K.; FORSBERG, E. et al. Gender, peace and armed conflict. In: DAVIS, Ian (Org.). *SIPRI Yearbook 2015: Armaments, Disarmament and International Security*. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 101-109.

BJÖRKDAHL, Annika; SELIMOVIC, Johanna Mannergren. WPS and civil society. In: DAVIES, Sara E.; TRUE, Jacqui (Orgs.). *The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

BUNCH, Charlotte. Women's rights and gender integration. In: WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam (Ed.). *The Oxford Handbook on the United Nations*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2018.

CHINKIN, Christine. Adoption of 1325 Resolution. In: DAVIES, Sara E.; TRUE, Jacqui (Orgs.). *The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

COHN, Carol. Women and wars: Toward a conceptual framework. In: COHN, Carol (Ed.). *Women and Wars: Contested Histories, Uncertain Futures*. Cambridge: Polity Press, 2013. p. 1-35.

DAVIES, Sara E.; TRUE, Jacqui. Women, Peace, and Security: A Transformative Agenda? In: DAVIES, Sara E.; TRUE, Jacqui (ed.). *The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

DEIANA, Maria-Adriana. Women, Peace and Security Agenda. In: RICHMOND, Oliver; VISOKA, Gëzim (Org.). *The Palgrave Encyclopedia of Peace and Conflict Studies*. Cham: Palgrave Macmillan, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-11795-5_194-1.

Acesso em: 05 fev. 2025.

ENLOE, Cynthia. Gender makes the world go round: Where are the women? In: ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2014. p. 1-36.

GARCIA, Eugênio Vargas. Conselho de Segurança das Nações Unidas. **Brasília, DF: FUNAG**, 2013.

HAMILTON, Caitlin; MUNDKUR, Anuradha; SHEPHERD, Laura J. Civil society and the WPS agenda. In: HAMILTON, Caitlin; MUNDKUR, Anuradha; SHEPHERD, Laura J. *Civil society, care labour, and the Women, Peace and Security Agenda: making 1325 work*. Abingdon; New York: Routledge, 2021. cap. 2, p. 9-14. (Routledge Studies in Gender and Global Politics).

HENDRICKS, Cheryl. A agenda mulheres, paz e segurança: 20 anos depois. *Série Diálogo Feminista*, Friedrich-Ebert-Stiftung Moçambique, p. 1-8, dez. 2020. Disponível em: <http://library.fes.de>. Acesso em: 21 jan. 2025.

MATUELLA, Iazana. Conflitos armados e a agenda internacional: a questão da mulher. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 25, n. 3, p. 1277, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1277>. Acesso em: 18 fev. 2025.

O'REILLY, Marie. Where the WPS Pillars Intersect. In: DAVIES, Sara E.; TRUE, Jacqui (Orgs.). *The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

REBELO, Tamyá Rocha. Paving the way to the Security Council: NGOs' activism on women's and children's issues. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 65, p. e005, 2022.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação*. Brasília: Enap, 2021. 155 p. (Coleção Metodologias de Pesquisa). ISBN 978-65-87791-18-0.

SANTOS, Claudia. Leitura de gênero sobre os estudos de segurança internacional. *Conjuntura Global*, v. 4, n. 2, p. 171–184, maio/ago. 2015.

SECURITY COUNCIL REPORT. October 2014 Monthly Forecast. New York, 1 out. 2014. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/2014_10_forecast.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

SHEPHERD, Laura J. The Women, Peace, and Security Agenda at the United Nations. In: BASSI, Serena; LIPSCHUTZ, Ronnie D. (Orgs.). *Global Insecurity: Futures of Global Chaos and Governance*. Cambridge: Polity Press, 2017. p. 139-158.

SIEVERS, Lorraine; DAWS, Sam. The constitutional framework. In: _____. *The Procedure of the UN Security Council*. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 1-18.

SYLVESTER, Christine. The palette of feminist epistemologies and practices In: SYLVESTER, Christine. *Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

THOMSON, Jennifer. The women, peace, and security agenda and feminist institutionalism: a research agenda. *International Studies Review*, [S.l.], v. 21, n. 4, p. 598–613, 2019.

TICKNER, J. Ann. Gendered dimensions of war, peace, and security. In: TICKNER, J. Ann. *Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post–Cold War Era*. Nova York: Columbia University Press, 2001. p. 36-64.

TICKNER, J. Ann. Troubled encounters: Feminism meets IR. In: TICKNER, J. Ann. *Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post–Cold War Era*. Nova York: Columbia University Press, 2001. p. 9-35.

TICKNER, J. Ann; SJOBERG, Laura. Feminism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve (Orgs.). *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 205-222.

UNITED NATIONS. *Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice*. San Francisco, 1945. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter>. Acesso em: 28 jan. 2025.